

## Reformar o Sistema Comum Europeu de Asilo , em espírito humanitário e de solidariedade

04/07/2016

migrações

### Recomendações das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na União Europeia e da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Em 2016 , a Comissão Europeia lançou um processo de reforma olhando para o quadro de asilo da União Europeia (UE), tendo em vista uma maior harmonização de procedimentos e padrões de asilo e implementação de um mecanismo justo e sustentável para distribuir os requerentes de asilo entre os Estados-Membros. Um dos principais objectivos da Comissão Europeia é evitar o abuso do sistema e limitar os movimentos secundários dos requerentes de asilo na UE.

Tirando proveito da sua experiência prática de trabalho com e para os migrantes na Europa, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE exortam a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e os Estados-Membros europeus a considerar as seguintes recomendações durante este processo de reforma:



Mais de 50.000 migrantes estão presos na Grécia, com acesso limitado a informação, cuidados de saúde especializados e higiene apropriada. Ritsona , 26 de Março de 2016.

© Caroline Haga / FICV

- 1.Garantir o acesso efectivo de cada requerente de asilo aos sistemas de protecção.
- 2.Fomentar elevados padrões de modo a reduzir movimentos secundários.
- 3.Não limitar os direitos individuais como uma sanção para os movimentos secundários.
- 4.Investir em medidas de apoio aos Estados-Membros para criar as condições que reduzem os incentivos para os movimentos secundários.
- 5.Considerar o reagrupamento familiar como o primeiro critério para determinar a responsabilidade entre os Estados-Membros.
- 6.Certificar-se que Menores Não Acompanhados têm acesso imediato à protecção, de acordo com o melhor interesse para a criança.
- 7.Considerar necessidades específicas em todo os procedimentos de asilo.
- 8.Considerar com cautela, as transferências de requerentes de asilo vulneráveis.
- 9.Reconhecer mutuamente as decisões positivas de asilo entre os Estados-Membros.
- 10.Garantir um mecanismo de recurso suspensivo para as decisões de transferência e de retorno.

Com estas recomendações, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na União Europeia desejam assegurar que qualquer sistema novo que venha a existir para determinar o Estado- Membro responsável pelo processamento de um pedido de asilo, respeita a dignidade e os direitos fundamentais de todos os migrantes. O novo sistema deve excluir a coerção e permitir que se responda às necessidades de todos os migrantes, independentemente do seu estatuto legal e do pedido de protecção.

## Enquadramento

As pressões actuais sobre as estruturas de asilo nos Estados-Membros da UE mostram que o sistema de Dublin, o que caracteriza o Sistema Comum de Asilo Europeu, requer revisão. As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na União Europeia endossam a necessidade urgente de desenvolver um mecanismo de solidariedade eficaz para garantir uma mais justa distribuição humana dos requerentes de asilo e refugiados em toda a UE. Isto exige uma revisão abrangente das ferramentas que compõem o Sistema Comum Europeu de Asilo, com o objectivo primordial de assegurar o acesso efectivo à protecção e promover padrões elevados, até mesmo nas condições de acolhimento, e procedimentos comparáveis de determinação de asilo em toda a UE.

As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE apelam à UE e aos seus Estados-Membros para que respeitem as suas obrigações internacionais ao abrigo da Convenção de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados e seu Protocolo de 1967. A UE deve reafirmar o direito absoluto ao asilo, enquanto que toma medidas activas para prevenir que a expulsão ocorra como uma consequência das políticas e acordos da UE.

A UE deve também garantir que os requerentes de asilo têm acesso seguro e eficaz às vias legais para o território da UE, a fim de exercerem o seu direito de pedir protecção internacional. Isso contribuiria para chegadas mais organizadas e aliviaria as pressões sobre os Estados participantes no acordo Dublin situados nas fronteiras exteriores do espaço Schengen, permitindo que os requerentes de protecção abordem directamente o Estado-Membro em que desejam pedir protecção. As vulnerabilidades adicionais que os migrantes enfrentam como resultado directo das suas viagens migratórias para a UE também seriam diminuídas.

De acordo com o artigo 31º da Convenção de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados, a entrada ilegal com a finalidade de procurar protecção internacional não pode ser penalizada. Pedir protecção internacional é um direito, não é um crime. As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE acreditam que as pessoas que procuram protecção não devem ser detidas, e instam os Estados a não utilizar esta medida.

A fim de realmente fazer da detenção uma medida de último recurso, os decisores da UE e os Estados-Membros devem assegurar que as estruturas de acolhimento de asilo, incluindo o renovado mecanismo de solidariedade, limita as possibilidades de utilização da detenção. Se restrições à liberdade de circulação forem consideradas necessárias, alternativas à detenção têm que ser sistematicamente exploradas. Além disso, as crianças e pessoas com necessidades especiais nunca devem ser detidas.

Em setembro de 2015, foram acordados dois esquemas de recolocação de emergência temporária pelos Estados-Membros da UE para permitir a transferência da responsabilidade para alguns requerentes de asilo da Itália e da Grécia para outros Estados-Membros.



Crianças e adolescentes em situação de risco estão muitas vezes entre os mais vulneráveis. A sua situação específica e as suas necessidades devem ser consideradas em todo o procedimento de asilo.  
Grécia, Junho de 2016.

© Markus Hechenberger / Cruz Vermelha Austriaca



Voluntário da Cruz Vermelha Austríaca desenvolve cursos de língua alemã para requerentes de asilo, Viena, 2015.

© John Engedal Nissen / FICV

## O nosso apelo

Apelamos à UE e aos Membros para respeitar as suas obrigações internacionais no âmbito da Convenção de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados e do seu protocolo de 1967.

Contudo, apenas um número de transferências efectivas têm tido lugar, até agora, ao abrigo destes regimes. Além disso, o acolhimento e os procedimentos diferem significativamente em toda a Europa, particularmente quando se trata de identificar necessidades de acolhimento especiais dos requerentes de asilo.

Por este motivo, a abordagem parece ineficaz. Estes tipos de mecanismos de correcção, especialmente dada a sua forte dependência da "abordagem hotspot", arriscar padronizar a detenção de requerentes de asilo e colocam em risco o acesso a uma avaliação individual das suas necessidades de todos os migrantes.

Neste contexto, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE pedem uma revisão independente dos direitos fundamentais e uma avaliação dos procedimentos de recolocação para garantir que não são discriminatórias e garantir o acesso à informação, aconselhamento jurídico gratuito e procedimentos de asilo equitativos, bem como servir para facilitar referências rápidas para outros procedimentos de protecção adequados.

É preciso fazer mais para incentivar os Estados-Membros a demonstrar solidariedade genuína para com os outros. A transferência dos requerentes de asilo de volta para países que enfrentam um elevado número de pessoas a procurar protecção internacional, ou para lugares onde efectivamente o direito de asilo não pode ser assegurado, deve ser automaticamente interrompida e desencadear uma revisão da atribuição de responsabilidade.

Enquanto todas as medidas devem estar a ser tomadas para apoiar os Estados-Membros no cumprimento das normas estabelecidas pelo Sistema Comum Europeu de Asilo, um sistema de alerta deve ser previsto para evitar as transferências para países onde os direitos individuais dos requerentes de asilo possam ser colocados em risco.

## Nossas Recomendações

Neste contexto, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha da UE pedem à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e os Estados-Membros para considerarem as seguintes recomendações ao reformular todos os elementos que caracterizam o Sistema Comum Europeu de Asilo, em especial quando da elaboração de um novo mecanismo de responsabilidade de protecção internacional na UE:

### 1. Garantir a cada requerente de asilo acesso efectivo a sistemas de protecção

O Sistema Comum Europeu de Asilo deve defender o direito individual de asilo e de protecção internacional e basear-se numa sistemática e individualizada análise da situação particular do requerente de asilo. As soluções têm de considerar as necessidades do requerente de asilo, a escolha preferida e os laços existentes com outro Estado participante no acordo Dublin.

## 2. Fomentar padrões elevados de modo a reduzir os movimentos secundários

O movimento secundário de requerentes de asilo pode ser reduzido, assegurando as condições de acolhimento comparáveis e procedimentos de determinação de asilo em toda a UE.

Estas condições devem ser caracterizadas por padrões elevados de acolhimento e devem permitir o acesso a uma gama completa de serviços de assistência, protecção e integração, tais como cuidados de saúde, apoio psicossocial e reabilitação, aconselhamento jurídico, reagrupamento familiar e cursos de línguas.

## 3. Não limitar os direitos individuais como se fosse uma sanção para os movimentos secundários

Os requerentes de asilo que se deslocam para outro Estado-Membro não devem ser penalizados. Em particular, os seus direitos durante os procedimentos de asilo não devem ser limitados. As condições de acolhimento têm de garantir a dignidade e integridade física de cada requerente de asilo, em todas as circunstâncias.

## 4. Investir em medidas de apoio aos Estados-Membros para criar condições que reduzam os incentivos aos movimentos secundários

Os movimentos secundários são muitas vezes motivadas pela ausência de mecanismos de apoio no primeiro país em que se submete o pedido de protecção. Assim, os Estados Membros que vêem números elevados de requerentes de asilo a serem transferidos de volta, no âmbito do Sistema Dublin, devem ser encorajados a implementar acções para melhor apoiar requerentes de asilo e refugiados, incluindo actividades relacionadas com a integração.

## 5. Considerar o reagrupamento familiar como o primeiro critério para a determinação da responsabilidade entre os Estados-Membros

De acordo com o sistema de Dublin, o direito ao reagrupamento familiar é de extrema importância, tendo precedência sobre critérios de admissibilidade e de responsabilidade nos mecanismos de recolocação. O princípio da unidade familiar deve ser plenamente respeitado em todo o processo de asilo, e os Estados-Membros devem ser pró-activos em facilitá-lo.

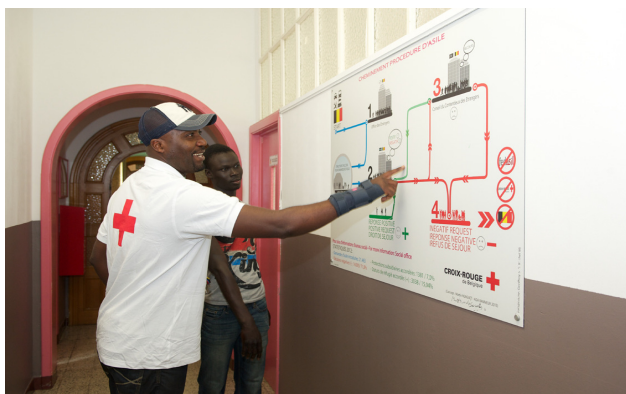
A definição dos laços familiares deve incluir membros da família para além dos da família nuclear. Os Estados-Membros do acordo Dublin devem considerar sistematicamente o reagrupamento dos membros da família para além da família nuclear, particularmente se são dependentes.

Considerações sobre a dependência e os laços familiares com uma pessoa que está em outro Estado-Membro pertencente a Dublin, deve ser realizada rapidamente pelas autoridades competentes, assegurando ao mesmo tempo uma análise aprofundada das circunstâncias da pessoa candidata.

## 6. Certificar de que os Menores Não Acompanhados têm acesso imediato à protecção, de acordo com o melhor interesse da criança

O procedimento para determinar qual o Estado-Membro responsável pelos Menores Não Acompanhados não deve ser prolongado desnecessariamente, devem ter acesso imediato aos procedimentos de asilo.

O melhor interesse da criança é tido como a consideração primordial. Isto requer avaliações individuais sistemáticas da situação, a fim de garantir que o melhor interesse da criança prevalece em todos os momentos. Mesmo se a situação da criança tiver sido avaliada noutro Estado-Membro, e/ou se houver uma decisão de primeira instância noutro Estado-Membro, a criança só deve ser transferida se for em seu melhor interesse.



Um requerente de asilo recebe informações sobre as diferentes fases do processo de asilo num centro de recepção da Cruz Vermelha Belga, Bélgica, 2013.

© Geoffrey Ferroni / Cruz Vermelha Belga

## 7. Considerar necessidades específicas ao longo do processo de asilo

Sistemas de identificação e encaminhamento precoce devem ser considerados nos países onde o primeiro pedido de asilo é preenchido.

Os procedimentos na fronteira e a admissibilidade têm de ser controlados para assegurar que todos os migrantes beneficiam de um tratamento humano, individualizado, o qual permite uma avaliação abrangente das suas vulnerabilidades e necessidades – logo que entrem na UE, e ao longo de todo o procedimento. Esta situação deverá desencadear encaminhamentos apropriados para serviços relevantes.

## 8. Considerar cuidadosamente as transferências de requerentes de asilo vulneráveis

As circunstâncias específicas de determinadas categorias de requerentes de asilo especialmente vulneráveis, como as crianças, os idosos, as vítimas de tortura ou de tráfico, e pessoas com deficiência mental e/ou condições de saúde, devem justificar avaliações individuais antes da decisão sobre transferências para outros Estados-Membros participantes no sistema Dublin.

As transferências só deverão acontecer depois de devidamente verificado se o Estado responsável pela avaliação do pedido de asilo tiver sido informado das necessidades específicas do requerente de asilo e da sua capacidade para os resolver.

*Apelamos a uma revisão independente dos direitos fundamentais e uma avaliação dos processos de recolocação, por forma a garantir que não são discriminatórios, e garantir o acesso à informação, aconselhamento jurídico gratuito e procedimentos de asilo justo.*

#### 9. Reconhecer as decisões positivas de asilo entre os Estados-Membros

O reconhecimento mútuo das decisões positivas em matéria de asilo deve ser considerado como uma componente necessária num verdadeiro Sistema Comum Europeu de Asilo, introduzindo nas regras comuns da UE, procedimentos e direitos oferecidos aos beneficiários de protecção internacional. Deve permitir a movimentação de refugiados de um estado para outro sob regras semelhantes às aplicadas aos cidadãos da UE que exercem o seu direito à livre circulação, facto que iria apoiar os refugiados a tomar decisões informadas e avaliar se têm melhores perspectivas de integração noutros Estados-Membros.

#### 10. Garantir um mecanismo de recurso suspensivo para decisões sobre transferências e retorno

Transferências e retornos devem ser realizadas, apenas, com segurança e com dignidade, em plena conformidade com os direitos fundamentais e processuais dos requerentes de asilo em causa. O uso de medidas coercivas devem ser evitadas. Os migrantes nunca devem ser enviados para países onde o respeito pelos seus direitos fundamentais estão em risco. Os requerentes de asilo devem, sempre, ter acesso aos procedimentos de recurso suspensivo e aconselhamento jurídico gratuito. O retorno e procedimentos de readmissão não devem impedir a avaliação adequada das circunstâncias individuais, mesmo quando se considera os conceitos de país terceiro seguro, ou primeiro país de asilo.

### Gabinete da Cruz Vermelha na União Europeia

#### Contacto

Red Cross EU Office Rue de  
Trèves 59-61  
1040 Bruxelles  
Belgium  
Tel: +32(0)2 235 06 80 Fax:  
+32(0)2 230 54 64  
Email: [migration@redcross.eu](mailto:migration@redcross.eu)  
[www.facebook.com/RedCrossEU](http://www.facebook.com/RedCrossEU)

Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na União Europeia e a Cruz Vermelha Norueguesa constituem parte da maior rede humanitária do mundo, emprega mais de 250.000 funcionários. Envolvem bem mais de um milhão de voluntários, e tem mais de oito milhões de membros. O Gabinete da Cruz Vermelha na UE representa os seus interesses, bem como os da Federação Internacional das Sociedades Cruz Vermelha e Crescente Vermelho (FICV), na UE e suas instituições.

#### Asilo e Migração

O asilo, a migração e o deslocamento são de grande importância para as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE, onde muitos desempenham um papel fundamental para acolher refugiados e prestando aconselhamento, cuidados de saúde e assistência social, bem como apoiam a sua integração e participação na vida em comunidade. Ajudamos as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE a entender melhor o quadro político da UE em matéria de migração e asilo e defendemos as políticas de migração na UE, o que permite salvaguardar os princípios humanitários e respeitar a dignidade dos migrantes e refugiados, independentemente do seu estatuto legal. Promovemos o apoio adequado para os migrantes vulneráveis, independentemente do seu estatuto jurídico, incluindo o acesso à protecção e aos serviços básicos.